

RELATÓRIO DE PLANO DE PROJETO

Nomes: Adriane Dalazen e Edson Yukio Nakashima

Título do Projeto: Curso de Atualização EAD de Português Instrumental e Atos Administrativos para Servidores Públicos do Instituto Federal de Santa Catarina

1. Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) possui o compromisso de prestar um serviço de qualidade à sociedade civil e à comunidade acadêmica (incluindo o quadro de servidores, o corpo docente e discente). Para que isso possa ser realizado, devemos considerar a importância da formação continuada para os servidores, de modo a auxiliá-los a desenvolverem as competências e qualificações necessárias e munindo-os de conhecimentos adequados para que possam bem representar o IFSC. Segundo Maino (2004) “a forma como uma empresa se comunica com seus públicos-alvo externa como ela quer ser vista e percebida por ele”, isto é, os servidores são os responsáveis por falar em nome da Instituição, demonstrar suas potencialidades e suas limitações.

Dados de 2020 mostram que 2.598 servidores efetivos, sendo 1.433 docentes e 1.165 técnico-administrativos em educação (Relatório de Gestão IFSC, 2020), atuam no Instituto, sendo estes representantes da Instituição, e prestam atendimento aos alunos e à comunidade geral com suas características, eficiência e limitações. Dentro do IFSC, a idade média do servidor é de 41 anos, sendo que 23% dos servidores têm entre 30 e 35 anos, seguidos de 21% deles entre 36 e 39 anos. Apenas 3% do quadro do IFSC têm mais de 60 anos. Sobre a escolaridade, 33% dos servidores possuem mestrado, seguidos de 23% com doutorado e 20% com graduação (Relatório de Gestão IFSC, 2020).

Segundo Rubens Ricupero (2015 *apud* Barros, 2016), é praticamente um consenso em nível internacional que, para um efetivo desenvolvimento de um país, é fundamental que a burocracia estatal seja bem qualificada, com grande capacidade de gerir e implementar as políticas públicas e todas as demandas da sociedade que o estado deve ser capaz de proporcionar. Afirma ainda que a profissionalização do serviço público é um objetivo prioritário e de curto prazo, do qual os dirigentes máximos do Brasil não devem menosprezar.

Desse modo, capacitar servidores públicos torna-se uma questão central a respeito da discussão da função de Estado e suas atribuições, pois, à parte ser um estado liberal ou intervencionista, é necessário que haja servidores públicos altamente qualificados.

Servidores públicos são peças principais dentro de uma instituição de ensino como o Instituto Federal. De acordo com Dourado (2019), em pesquisas que foram realizadas em algumas empresas e organizações, foi demonstrado que não é apenas o salário que serve de motivação para os profissionais executarem suas atividades, mas também o ambiente de trabalho e os recursos que são disponibilizados a eles.

Podemos concluir, assim, que o trabalho é permeado pelas relações nele estabelecidas, pelas condições de seu exercício e pela qualidade que lhe é ofertada no exercício profissional.

No tocante ao IFSC, ele é:

caracterizado por uma estrutura organizacional administrativa e didático-pedagógica independente. Essa estrutura é conjugada sob a forma de Sistema, a integração e o padrão nas ações de planejar e executar. Esse modelo possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia para os câmpus na operacionalização de suas ações (IFSC, 2021).

Um dos principais instrumentos utilizados no Instituto Federal de Santa Catarina para o desempenho de suas atribuições é a documentação escrita, a qual deve estar pautada na objetividade e clareza, conforme o Manual de Redação da Presidência da República (2018), possibilitando tanto comunicações oficiais quanto atos normativos que cumpram efetivamente suas funções. Para tanto, é necessária a emissão de documentos concisos, coesos e coerentes, que observem os princípios da impessoalidade, publicidade e eficiência, entre outros. Essas orientações decorrem na Constituição Federal do BRASIL (1988), à qual, em seu art. 37, dispõe: “A administração pública direta, indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

No entanto, de acordo com Gramkow (2019), observou-se que, em testes realizados com recém-aprovados em um concurso público, foi solicitado a esses servidores que elaborassem um memorando. O resultado foi que boa porcentagem dos candidatos aprovados foram incapazes de elaborar o documento, o que demonstrou a ineficiência do modelo de seleção adotado pela administração pública em geral. Mesmo com a Língua Portuguesa, um

dos pré-requisitos em todas as seleções, percebeu-se que isso não fez com que os servidores públicos estivessem aptos a elaborar um documento simples, como um memorando.

A razão seria a de que há muitos erros na formulação desses documentos oficiais, gerando os chamados vícios, e que tem inviabilizado muitos dos processos administrativos, gerando prejuízos, atrasos e morosidade. Há a percepção de que o servidor público, ao ingressar no serviço público, não está preparado para se comunicar corretamente e aprimorar a elaboração de documentos oficiais. Isso demonstra que é necessário que a atualização em Língua Portuguesa de novos e antigos servidores seja realizada de forma instrumental, ou seja, com o objetivo específico de capacitá-los para elaborar documentos oficiais que fundamentam os atos administrativos com propriedade, oferecendo de maneira frequente a atualização profissional, tanto para atuais, quanto para novos servidores.

Segundo Meirelles *et al* (2013), o ato administrativo é “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria (MEIRELLES *et al*, 2013, p. 159 *apud* UNESP, 2020). De acordo com o *Manual de redação oficial e padronização de atos administrativos da Unesp* (2020), há condições para que o ato administrativo exista e seja válido no mundo jurídico, que seriam: a) a liceidade, ou seja, sua conformação com os preceitos da lei e da moral; b) ser praticado pela Administração, na qualidade de Poder Público; c) ter por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações. Além disso, o ato administrativo exige cinco requisitos para a sua elaboração e que formam sua própria infraestrutura: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. O ato que não atenda a um destes requisitos é considerado nulo (vícios de finalidade, motivo e objeto) ou anulável (quando o vício for de competência ou forma). Quando há falhas na elaboração dos atos administrativos, frequentemente há atrasos e dificuldades no processo administrativo, provocando prejuízos em geral à sociedade civil organizada.

A formação continuada é uma maneira de oferecer ao servidor a capacitação para o desempenho de suas atividades, propondo atualizações de conhecimentos teóricos e visando a práxis no trabalho institucional. Segundo o Relatório de Gestão IFSC, no ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, houve a necessidade de ofertar o ensino remoto aos alunos de maneira emergencial, sendo priorizados novamente os investimentos em capacitação. O investimento foi primordialmente na capacitação dos docentes para o desenvolvimento das

Atividades Não Presenciais (ANPs). Foram ofertados 206 eventos de capacitação, totalizando 7.296 inscrições. Ao todo, 1.850 servidores realizaram, ao menos, um evento de capacitação. Para os anos posteriores, há a necessidade de investimento também nos servidores públicos que não sejam docentes.

Diante do exposto, identifica-se o objetivo estratégico do projeto como sendo de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade, alinhado aos objetivos estratégicos “P1 - Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso e do potencial aluno”, “P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade” e “P3 - Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral” - contemplados no Planejamento Estratégico Institucional (PDI) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

2. Objetivo

O presente projeto possui o objetivo de desenvolver um curso de atualização EAD de português instrumental e atos administrativos aos servidores públicos do Instituto Federal de Santa Catarina a fim de qualificar e oportunizar uma comunicação de qualidade e eficiência. O curso proposto será voltado, em especial, para a elaboração de documentos oficiais, como portarias, comunicados, memorandos, entre outros, terá duração breve, e contará com o trabalho de servidores já existentes no IFSC.

O propósito é aprimorar a comunicação interna e externa dos servidores públicos do IFSC com as partes interessadas, ou seja, a comunidade acadêmica (servidores públicos, comunidade docente e discente), além de aumentar a eficiência da elaboração dos atos administrativos por parte da Instituição. Com isso, o intuito, de modo geral, é aprimorar as competências dos servidores públicos, estabelecer um vínculo de maior qualidade com os públicos da IFSC e consolidar uma imagem e identidade favorável a eles. E, internamente, aprimorar a gestão de conhecimento e a cultura organizacional de forma periódica que seja regida por processos e competências.

Por meio do objetivo estratégico para processos internos identifica-se a importância de orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral:

Curricularizar pesquisa e extensão, englobando atividades voltadas à cidadania por meio de temas transversais. Desenvolver diretrizes, projetos pedagógicos e práticas educativas fundamentados no

trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura como elementos centrais do processo formativo e de promoção da cidadania. Formar alunos protagonistas do desenvolvimento do contexto em que vivem mediante o estímulo à criticidade e da abordagem dos conhecimentos da vida prática (IFSC, 2020).

3. Alinhamento Estratégico

O projeto “Curso de Atualização EAD de Português Instrumental e Atos Administrativos para Servidores Públicos do Instituto Federal de Santa Catarina” tem o objetivo de desenvolver um curso de atualização EAD de português instrumental e atos administrativos aos servidores públicos do Instituto Federal de Santa Catarina a fim de qualificar e oportunizar uma comunicação de qualidade e eficiência.

Para estabelecer o alinhamento estratégico de nosso plano de projeto com os objetivos estratégicos do PDI da IFSC (2020-2024), tomamos como base a análise da matriz SWOT (técnica utilizada para identificar forças, fraquezas, oportunidades, ameaças no projeto) com as informações disponibilizadas no plano estratégico da Instituição. Segue abaixo o quadro de matriz SWOT:

Fraquezas	<ul style="list-style-type: none">• Desequilíbrio nos quadros de servidores técnico-administrativos dos câmpus e falta de dimensionamento de pessoal baseada em processos.• Carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para a consolidação e ampliação de ofertas de EaD.• Quadro de servidores com frequente alteração.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">• Perfil do estudante contemporâneo da era digital.• Metas do PNE para curricularização da extensão, ampliação da educação profissional de nível médio, EJA, formação de professores, EaD e educação bilíngue (Libras-Português).• Alta demanda por Ensino a Distância e possibilidade de 20% de EaD. Vemos então a tendência de crescimento de EAD nos mais diversos níveis de ensino, seja em nível discente e interno.• Capacitar de forma rápida e eficiente os servidores do Instituto.

Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de valorização da formação profissional pela sociedade. ● Desqualificação da imagem do serviço público e desvalorização da carreira do servidor público. ● Deficiências na formação básica e priorização do trabalho em relação aos estudos. As ameaças que observamos têm a ver com a precarização da imagem e de trabalho que têm acometido o serviço público em todos os níveis no Brasil, o que seria possível reverter com a melhor formação de servidor público e com a sua valorização.
Forças	<ul style="list-style-type: none"> ● A institucionalização do ensino a distância. ● Quadro de servidores capacitados e com alto índice de titulação. O projeto teria como um dos propósitos então ampliar essas forças detectadas. ● Capacitação permanente dos servidores.

Fonte: adaptado de IFSC (2020).

Por meio da oferta de curso de atualização em modalidade EAD, por ser realizado a distância, não haveria necessidade de locomoção dos servidores, o que contemplaria um das fraquezas detectadas, que é o déficit de servidores públicos. Além disso, ao realizarmos o curso EAD internamente, observa-se que isso seria um modo de aprimorar a oferta de cursos de modalidade EAD, de modo a suprir as carências infraestruturais, regulatórias e de pessoal para a consolidação e ampliação de ofertas de EaD, uma das fraquezas detectadas na análise SWOT. Também, com o fluxo constante de entrada e saída de servidores, o curso, ao ser ofertado com periodicidade, permitiria o acesso ao conteúdo pedagógico a todos, com rapidez e eficiência.

Mediados pelo objetivo deste projeto, foram traçados objetivos estratégicos para atingir o que foi almejado, buscando orientar a prática educativa na perspectiva de formação integral, os quais serão analisados através de indicadores estratégicos, resultantes do processo de ensino e da prática do aluno em seu campo de trabalho (práxis profissional), conforme tabela abaixo:

Objetivos estratégicos	Indicadores estratégicos
P1 - Estruturar a oferta educativa a partir dos perfis do egresso	P101 - Redesenhar o processo Desenvolver Projetos de Curso

e do potencial aluno	P102 - Reestruturar as diretrizes curriculares das ofertas educativas.
	P103 - Promover a educação a distância.
P2 - Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão para solução de problemas da sociedade	P202 - Fomentar atividades EPE aplicadas às necessidades da sociedade.
P3 - Orientar a prática educativa na perspectiva da formação integral	P301 - Qualificar e oportunizar uma comunicação de qualidade e eficiência.
	P302 - Aprimorar a comunicação interna e externa.
	P303 - Capacitar o servidor para o exercício profissional.

Fonte: adaptado de IFSC (2020).

4. Escopo

Para o desenvolvimento do presente projeto, uma série de ações serão necessárias, sendo a primeira a aprovação dos gestores da Instituição, avaliando a sua viabilidade econômica e prática. Posterior à confirmação da execução do curso, será necessária a parceria da equipe pedagógica junto aos docentes e profissionais da área de Tecnologia de Informação (TI), os quais serão responsáveis por fazer chegar aos alunos o conteúdo do curso. Os esforços serão somados a fim de criar o ambiente AVA (moodle) que permitirá o aprendizado. Os responsáveis pela TI serão orientadores sobre o perfil dos selecionados para o curso, sobre o conteúdo que será aplicado, bem como será solicitado que o curso ocorra de maneira a atingir seus objetivos. Os profissionais necessários para a formulação e implementação do curso já são servidores do IFSC, o que não geraria despesas significativas para a instituição.

Ainda, como se trata de número delimitado de vagas, e aberta a ampla concorrência entre os servidores do IFSC, será necessária a publicação de chamada interna como um modo de seleção dos servidores que estiverem interessados nessa capacitação.

À administração do IFSC será atribuída também a responsabilidade de organização de servidores já existentes na instituição para ministrar o curso, bem como formular o

planejamento das aulas, matérias a serem aplicadas e avaliações. Caberá aos professores formular as aulas, as metodologias que serão utilizadas, a correção de exercícios e provas, dentre outros. Como estímulo à participação dos servidores na formulação de curso, pode ser inserido um programa de incentivos, que contemple licenças acadêmicas, custeio de bolsas de estudo, viagens de capacitação, participações em eventos acadêmicos, entre outros.

Estando a parte administrativa do curso estruturada, serão iniciadas as aulas, sendo o período de duração do curso de **15 horas/aula**, o qual contemplará disciplinas voltadas ao português instrumental e, também, orientações em relação aos atos administrativos para servidores públicos. Ao longo das aulas os alunos e professores terão suas relações mediadas pela tecnologia, mas de forma frequente, onde encontros virtuais serão previamente estabelecidos (sendo que as 15 horas/aula deverão ser concluídas num espaço temporal de no máximo dois meses). Os alunos também contarão com material online de livros e exercícios para a prática do aprendizado.

Com o decorrer das aulas, será aplicada pesquisa de qualidade aos egressos, na qual será avaliada a eficiência do curso ofertado, o que permitirá uma avaliação e análise para posteriormente ampliar o público-alvo, podendo o curso ser oferecido também para a comunidade em geral. Posteriormente, dar-se-á o encerramento da primeira edição do curso.

O curso de atualização EAD de português instrumental e atos administrativos para servidores públicos do IFSC terá a duração de, no máximo, dois meses para o público-alvo, todavia, o trabalho para sua implantação e implementação durará seis meses de trabalho do planejamento ao encerramento em sua primeira edição (ver Item 7).

5. Premissas

O PBMOK® (*Project Management Body of Knowledge*), uma publicação do PMI (*Project Management Institute*), instituto que consolida as melhores práticas mundialmente aceitas sobre Gestão de Projetos, define a premissa de um projeto como um fator na etapa de planejamento que pode ser considerado como algo real, certo ou verdadeiro, sem necessariamente haver prova ou demonstração (PMI, 2017). Nesse sentido, premissas podem ser consideradas como hipóteses ou pressupostos relacionados ao projeto. Seguem algumas premissas que consideramos para esse projeto.

	Principais premissas
01	Limitação do número de inscrições de servidores públicos.
02	O curso de atualização será realizado de forma assíncrona, ou seja, somente com os conteúdos online, sem a assistência de professores ou tutores.
03	Direcionamento de curso de atualização somente em Língua Portuguesa.
04	Direcionamento do curso de atualização somente em atos administrativos.
05	Ampliação de escopo de projeto, ao ser direcionado também para alunos de graduação do IFSC.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

6. Restrições

As restrições são limitações impostas ao projeto que afetam as opções e tomada de decisão do gerente, e elas podem ser de custo, cronograma ou recursos, sendo necessário que o projeto seja realizado dentro dos limites estabelecidos por essas restrições. De acordo com o PMBOK®, podem ser consideradas seis restrições: Escopo, Qualidade, Cronograma, Orçamento, Recursos e Risco (PMI, 2017). A seguir, algumas restrições a serem consideradas para este projeto.

	Principais restrições
01	A diminuição do orçamento dedicado à capacitação pode restringir os recursos necessários para a oferta do curso de atualização e causar impacto na qualidade do curso.
02	A diminuição do orçamento dedicado à capacitação pode restringir o quadro de servidores públicos atuantes no projeto do curso de atualização e causar impacto no cronograma do curso.
03	Limitação no uso de tecnologia (acesso a computador, <i>tablet</i> , <i>smartphone</i> e <i>internet</i>) pelos usuários e também pela instituição.
04	Risco de pouco interesse por parte de servidor público em sua capacitação.
05	Risco de não liberação de servidor público de suas funções para participação no curso

	em horário de trabalho devido à sobrecarga de trabalho.
--	---

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

7. Cronograma ou Datas das Entregas

As ações previstas por meio deste projeto tem duração de seis meses, sendo planejadas as execuções, conforme abaixo elencado:

Ações	Período a realizar
Aprovação do curso pelos gestores da Instituição Apresentação da demanda à equipe de tecnologia de informação.	mês 01
Elaboração da chamada pública. Parceria entre professores e tecnologia da informação para a criação do espaço de ensino/aprendizagem online.	mês 01 e mês 02
Publicação da chamada pública para comunidade de servidores do IFSC, seleção e divulgação da equipe de trabalho de preparação de curso.	mês 02
Período de preparação do curso EAD, por parte dos professores, revisor, designer instrucional e visual, juntamente com a equipe de TI.	mês 02 e mês 03
Período de matrícula e inscrição dos alunos interessados.	mês 03
Período de realização de curso EAD.	mês 04 e mês 05
Aplicação de pesquisa de satisfação	mês 06
Análise dos dados coletados	mês 06
Encerramento das atividades relacionadas ao curso.	mês 06

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Nos dois meses de curso as aulas serão divididas em 15 horas a serem executadas ao longo de dois meses, sendo que neste período ocorrerão encontros online com professores, para a avaliação de desempenho. As disciplinas serão subdivididas entre uma hora de aula a respeito do ambiente virtual de ensino, cinco horas de aula sobre português instrumental e nove horas de aulas sobre atos administrativos.

O conteúdo programático de curso será dividido nos seguintes tópicos: aspectos gerais (orientações para a redação oficial e padronização de usos); aspectos linguísticos (orientações sobre os erros linguísticos mais comuns, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, nomenclatura de cargos, entre outros); e documentos oficiais (atos administrativos ordinários, enunciativos e normativos; vícios dos atos administrativos; além das referências).

8. Orçamento

8.1. Introdução

Segundo dados de 2020 do IFSC, 2.598 servidores são considerados efetivos, sendo 1.433 docentes e 1.165 técnico-administrativos em educação. Ao todo, 1.850 servidores realizaram, ao menos, um evento de capacitação, sendo que os esforços de capacitação foram dedicados para os docentes (Relatório de gestão IFSC, 2020).

O Colégio de Dirigentes (CODIR) de IFSC se reuniu no dia 11 de novembro de 2021, estabelecendo a Resolução da Codir IFSC nº 06 (IFSC, 2021), e deliberou a respeito de alguns tópicos, sendo alguns deles os seguintes:

- Estabelecer as normas e procedimentos para a Revisão do Plano Anual de Trabalho - PAT 2022 - do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.
- Definir que no processo de revisão do PAT 2022, cadastrado no Sistema de Planejamento, os itens referentes aos projetos e as ações rotineiras da Unidade Gestora Responsável (UGR), poderão sofrer alterações, sendo uma delas a necessidade de ajuste ao novo limite orçamentário geral da UGR.

Uma das áreas na qual houve esse ajuste orçamentário foi a de Capacitação, de modo que o orçamento previsto para 2022 para a área é de R\$ 448.755,00. Cabe observar que o

orçamento de 2021 para a Capacitação foi de R\$ 487.523,00 (Relatório de gestão IFSC, 2020), havendo então uma redução de aproximadamente 8% no orçamento para esse fim. Embora essa redução seja considerável, deve-se levar em conta como prioridade capacitar os técnicos-administrativos em educação, uma vez que em 2020 priorizou-se os servidores públicos docentes (Relatório de gestão IFSC, 2020).

Para o curso de atualização EAD aqui descrito, será necessário formar a equipe de capacitação: 2 professores conteudistas, 2 professores para as disciplinas EAD, 1 designer instrucional, 1 designer visual e 1 revisor, além das equipes administrativas e de TI, os quais já fazem parte do corpo de funcionários do IFSC, não trazendo novas despesas ao equipamento. Com a confecção de material didático e custos indiretos, a despesa será no montante de R\$ 20.000,00. Verifica-se que o custo do projeto está condizente com o orçamento previsto pelo IFSC para a capacitação em 2022.

Assim classificamos institucional, funcional e programaticamente a natureza das despesas de projeto como descrito a seguir:

Código do programa na LOA 2022 - 26438.2080.20RG.0042			
Classificação	Nome	Código	Descrição
Institucional	Órgão	26000	Ministério da Educação
	Unidade	26438	Instituto Federal de Santa Catarina
Funcional	Função	12	Educação
	Subfunção	363	Ensino Profissional
Programática	Programa	2080	Educação de qualidade para todos

Detalhamos os custos de projeto da forma como segue:

Modalidade de custos	Custos
2 professores conteudistas	Proveniente do quadro de servidores do IFSC

2 professores	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
1 designer instrucional	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
1 designer visual	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
1 revisor	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
Custos da equipe de TI	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
Custos da equipe administrativa	Proveniente do quadro de servidores do IFSC
Custos material didático	15.000,00
Custos indiretos	5.000,00
Total	20.000,00

Para a avaliação de curso de atualização, utilizaremos como parâmetro o CPA - Avaliação Técnico-administrativo em Educação. Cabe à CPA levar ao conhecimento da Instituição, Câmpus, Departamentos, Cursos e, inclusive, ao MEC/INEP, os resultados decorrentes da autoavaliação institucional, sendo que todas as informações aqui inseridas são coletadas de forma anônima pelos servidores públicos (IFSC, 2021). Os parâmetros de avaliação serão:

Ótimo	Situação merecedora de notoriedade, distinção e excelência.
Bom	Situação merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência.
Regular	Situação intermediária, neutra ou indiferente.
Ruim	Situação que exige atenção quanto à

	qualidade.
Péssimo	Situação que compromete a qualidade e exige medidas corretivas urgentes.
Não sei/Não conheço	Situação em que o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Serão levadas em consideração os seguintes questionamentos e indicadores para os servidores:

Questão	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei/Não conheço
As políticas de capacitação do IFSC contribuem para o seu desenvolvimento, de forma:	25%	45%	15%	5%	5%	5%
As políticas de capacitação de TAEs em seu câmpus são:	25%	45%	15%	5%	5%	5%

9. Partes interessadas

A principal parte interessada do projeto 'Curso de Atualização EAD de Português Instrumental e Atos Administrativos para Servidores Públicos do Instituto Federal de Santa Catarina' é o próprio Instituto, e seus servidores, os quais são responsáveis pela emissão de ofícios e atos administrativos. Estes profissionais têm em si a responsabilidade por bem

representar o Instituto, ter clareza em seus argumentos e conseguir transmitir a mensagem aos receptores.

Os alunos da Instituição, assim como a sociedade civil organizada, também serão beneficiados com a execução do projeto, uma vez que poderão contar com um quadro de servidores mais qualificados e aptos a atender as demandas. A seguir apresenta-se um quadro de partes interessadas no projeto, seu nível de influência, papel e responsabilidade:

Partes interessadas	Nível de influência	Papel	Responsabilidade
Patrocinador: Instituto Federal de Santa Catarina <u>stakeholder interno</u>	Alto	Fornecer apoio político e/ou financeiro e esclarecer dúvidas sobre o escopo e advogando em prol do projeto	Alta
Gerente Funcional: Diretoria de Gestão de pessoas <u>stakeholder interno</u>	Alto	Gerenciar todas as tarefas da área de capacitação da Instituição e fornecer orientações sobre determinado assunto ou serviço ao projeto.	Alta
Gerente do projeto <u>stakeholder interno</u>	Alto	É responsável pelo projeto em todo o seu ciclo de vida, gerenciar pessoas e recursos de acordo como planejado e fornece relatórios periódicos sobre o andamento do projeto, além de identificar as partes interessadas, suas respectivas necessidades e expectativas.	Alta
Equipe do projeto <u>stakeholder interno</u>	Alto	É um conjunto de pessoas com habilidades	Alta

		específicas e complementares afins ao tema do projeto e que participam de todo o seu ciclo de vida. É responsável pela execução das atividades do projeto	
Fornecedores e parceiros <u>stakeholder externo</u>	Alto	Instituições ou pessoas físicas externas ao projeto que assinam instrumentos específicos para fornecimento de produtos ou serviços.	Baixa
Governo e órgãos regulamentadores (TCU e outros órgãos governamentais) <u>stakeholder interno</u>	Alto	Órgãos que regulamentam e/ou auditam os processos que são desenvolvidos pelas instituições.	Baixa
Servidores públicos do IFSC (alunos do curso) <u>stakeholder interno</u>	Alto	Participação no curso e utilização na prática profissional	Alta
Usuários: alunos da instituição <u>stakeholder interno e externo</u>	Baixo	Utilizarão diretamente ou indiretamente o produto ou serviço.	Baixa
Sociedade civil organizada <u>stakeholder externo</u>	Baixo	Usufruirão os benefícios da capacitação dos servidores públicos indiretamente.	Baixa

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

10. Equipe do Projeto

A equipe responsável pelo projeto será composta por grupos de trabalho conforme o seguinte quadro:

- Grupo de trabalho designado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão de Conhecimento, Diretoria de Comunicação e Diretoria de Administração (dois servidores públicos que farão a intermediação entre as diretorias e os campus com o grupo de trabalho EAD e pedagógico);
- Grupo de trabalho de TI (um servidor público responsável pela implementação de curso);
- Grupo de trabalho EAD designado por diretores de Centro de Referência em formação e Educação a Distância e Polo de Inovação Embrapii (três servidores públicos - um designer instrucional, um designer visual e um revisor);
- Grupo de trabalho pedagógico [dois professores conteudistas e 2 professores para as disciplinas EAD (Língua Portuguesa e Direito Administrativo)].

A equipe de projeto será composta por dez integrantes (sendo servidores públicos já existentes na instituição), sendo esse número flexível tendo em vista as necessidades e limitações de orçamento e a disponibilidade de quadro de servidores.

11. Riscos

A elaboração deste projeto pretende trazer aos trabalhadores do IFSC o aprimoramento de suas ações, todavia, aventam-se alguns riscos que podem ocorrer durante sua execução, entre eles:

- Baixa adesão ao curso - é um risco a ser considerado, principalmente para os servidores públicos de longa data, pelo fato de eles terem a Língua Portuguesa como um dos pré-requisitos de concurso e não considerarem a atualização necessária. Como

temos também, como parte do programa, a atualização sobre atos administrativos, isso se torna um chamariz, principalmente para os recém-ingressados no serviço público. Probabilidade de risco médio e impacto médio. Enfrentamento: Ação de ampla divulgação de curso e seus benefícios entre os *campus* e estímulo em forma de licenças-prêmios de acordo com o desempenho do aluno.

- Corte de custos - no atual momento de contingenciamento de orçamento dos institutos federais, há sérias possibilidades de corte de custos, o que comprometeria a realização do curso. Probabilidade de risco alto e impacto alto. Enfrentamento: flexibilidade de ações para redução de custos de acordo com a necessidade.
- Redução de prazos - devido ao contingenciamento de orçamentos, há a possibilidade de o prazo para o preparo de conteúdo didático ser reduzido. Probabilidade de risco médio e impacto médio. Enfrentamento: flexibilidade de ações para reduzir o escopo de material didático.
- Equipe reduzida - devido ao contingenciamento de orçamentos, há a possibilidade de a equipe de trabalho ser reduzida. Probabilidade de risco médio e impacto médio. Enfrentamento: flexibilidade de ações para o planejamento da realização de curso abarcar uma equipe menor.

12. Plano de Comunicação

O projeto apresentado objetiva melhorias no processo de trabalho do Instituto Federal, e para atingir o seu objetivo necessita que todas as informações relacionadas a ele constem de forma clara e coesa, bem como que a comunicação flua de maneira clara e objetiva aos seus endereçados. Para que o processo ocorra de forma a atingir seus objetivos, especificamos abaixo a forma que a comunicação ocorrerá durante o processo:

mês 01	Comunicação de projeto aos responsáveis institucionais, às partes interessadas e à equipe de tecnologia de informação por meio de documentos formais, apresentação em reuniões, exposição por meio de slides, dentre outros.
	Publicação da chamada pública para

mês 02 e mês 03	<p>comunidade de servidores do IFSC, por meio do <i>site</i> institucional. Também far-se-á divulgação das vagas por meio de meios eletrônicos (<i>site</i> institucional, redes sociais do IFSC e e-mails).</p> <p>Seleção e divulgação da equipe de trabalho de preparação de curso.</p>
mês 03	<p>Período de matrícula e inscrição por meio virtual dos alunos interessados e por meio de <i>link</i> disposto pela organização do processo.</p> <p>Divulgação da lista de selecionados para o curso, através do site institucional do IFSC, bem como, de e-mail encaminhado aos inscritos.</p>
mês 04 e 05	<p>Período de realização do curso EAD por meio de acesso à plataforma moodle EAD do IFSC.</p>
mês 06	<p>Aplicação de pesquisa de satisfação, análise dos dados coletados (por meio de pesquisa aplicada de forma virtual aos inscritos, como processo de conclusão do curso).</p> <p>Elaboração de relatório final de avaliação (por meio de encontro dos organizadores do curso, exposição de experiências e avaliações, e tabulamento dos dados captados).</p>
mês 07	<p>Divulgação de relatório para as partes interessadas (por meio de reunião expositiva, relatório final, e divulgação nos meios de comunicação).</p> <p>Encerramento das atividades relacionadas ao curso.</p>

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

REFERÊNCIAS

BARROS, S.G.G.G. **Capacitação de servidores públicos municipais**: a visão dos egressos do curso de Gestão Pública Municipal (UAB). (Dissertação de mestrado). Brasília: IPEA, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 3. ed., rev., atual. e ampl., Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

DOURADO, A. **A importância do servidor público**. Portal do Servidor. Salvador. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/noticias/2012-10-22/importancia-do-servidor-publico-artigo-de-augusto-dourado>. Acesso em: 29 nov. 2021.

GRAMKOW, F.B. **Gestão de pessoas**: estudo 2 - desenvolvimento de pessoas. (Ebook). Santa Catarina: IFSC, 2019.

IFSC. **Acesso à informação - Institucional**. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC. Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/1-institucional>. Acesso em: 29 nov. 2021.

IFSC. **Plano de desenvolvimento institucional 2020-2024**. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1XiW-Iox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view>. Acesso em: 29 nov. 2021.

IFSC. **Relatório de Gestão 2020**. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/185204/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+2020/043caf2f-9830-40cb-8f68-084ea04ef708>. Acesso em: 26 nov. 2021

IFSC. **Nova Resolução estabelece normas para revisão do PAT 2022**. Coordenadoria de Jornalismo do IFSC. Florianópolis: IFSC. Disponível em: <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2021/11/12/nova-resolucao-estabelece-normas-para-revisao-do-pat-2022/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

IFSC. **Resolução nº 06, de 11 de novembro de 2021**. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC. Disponível em: <https://sigrh.ifsc.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=2199962&key=8cc27ff541a6ad46934f891625fec6df>. Acesso em: 4 dez. 2021.

IFSC. **CPA - Avaliação TAE**. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: IFSC. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/cpa-avaliacao-tecnico-administrativo-em-educacao>. Acesso em: 4 dez. 2021.

MAINO, J.R. **A importância do gerenciamento da imagem corporativa**. Universidade Feevale. v.1, n.1. 2004.

MEIRELLES, H.L.; ALEIXO, D.B.; BURLE FILHO, J.E. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia PMBOK®**: um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, Sexta edição, Pennsylvania: PMI, 2017.

RICUPERO, R. **Profissionalização do servidor público**: requisito para o desenvolvimento. **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 2, p. 149-153, 2015.

UNESP. **Manual de redação oficial e padronização de atos administrativos da Unesp** / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Secretaria Geral. – ed. rev. e atual. – São Paulo: Unesp. Secretaria Geral, 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/secgeral/manual-de-redacao---versao-final.pdf> . Acesso em: 26 nov. 2021.